



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 4

“CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

MR4.1. Sociedade e Cultura de Fronteira

EMENTA

Esta mesa propõe-se a discutir fronteiras no Prata, contemplando diferentes temporalidades e espacialidades com enfoques voltados aos guaranis, às missões jesuíticas, aos migrantes dos séculos XIX e XX e às ideologias nacionalistas e de integração. Poderão ser trazidos ao debate estudos e reflexões que apontam para relações sociais transfronteiriças, para vivências à margem das intencionalidades oficiais e de discursos hegemônicos. A composição da mesa proposta atentou para a inserção interinstitucional, para a interdisciplinaridade e vínculos com programas de pós-graduação que trabalham com fronteiras.

Coordenador: Valdir Gregory – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - BRASIL)
Carmen Curbelo: Universidad de la Republica Uruguay - (UDELAR - URUGUAY)
Ernelo Schallenger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – BRASIL)
Jones Dari Goeter: Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD - BRASIL)
Ricardo Carlos Abinzano: Universidad Autónoma de Misiones – (ARGENTINA)

RESUMOS APROVADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LATINO-AMERICANO: O TRADICIONALISMO E A IDENTIDADE GAÚCHA (autor(es/as): Ana Carolina Rios Gomes)

O RAP ENTRE FRONTEIRAS: PRÁTICAS ESTÉTICO-MUSICAIS LATINO AMERICANAS (autor(es/as): Angela Maria de Souza)
REMANESCENTES DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE NOSSA SENHORA LORETO E SANTO INÁCIO MINI NA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ-1608-1639 (autor(es/as): BERENICE SCHELBAUER DO PRADO)

O CIRCUITO ROCKEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (autor(es/as): Franciele Cristina Neves)

A SOCIEDADE DE CONSUMO: ANÁLISES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI (autor(es/as): Luana Caroline Künast Polon)

Cortando a cerca: uma escola do campo frente a multiculturalidade contemporânea (autor(es/as): Lydia Maria Assis Brasil Valentini)

Movimento Hip-Hop como manifestação cultural: Uma análise do léxico de letras de rap em Foz do Iguaçu. (autor(es/as): RONALDO SILVA)

INTEGRALIZAÇÃO LATINOAMERICANA: AFIRMAÇÃO CULTURAL OU JOGADA IMPERIALISTA? (autor(es/as): Victor Alves Pereira)

Sankofá- Abaeté: Construindo diretrizes, resgatando nossas raízes (autor(es/as): Vilisa Rudenco Gomes)

SAÚDE SEM FRONTEIRAS - REDE BINACIONAL DE SAÚDE NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): Daniela da Rosa Curcio et alii.)

MR4.2. Apropriação, Usos do Território e Práticas Sociais Diferenciadas

EMENTA

Os trabalhos da presente mesa circunscrevem-se às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos participantes, que têm como referência diferentes sujeitos (quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais dentre outros) e práticas sociais, em distintos contextos. Os trabalhos explicitam diversos aspectos da problemática relativa à organização, apropriação e uso do território. O fio condutor das reflexões está referido às diferentes formas e estratégias utilizadas por esses sujeitos face às definições e redefinições recentes do território.

Coordenador: Joaquim Shiraishi Neto: Universidade estadual do Amazonas - (UEA - BRASIL)
Luís Fernando Cardoso e Cardoso: Universidade Federal do Pará - (UFPA - BRASIL)
Rosirene Martins Lima: Universidade estadual do Maranhão - (UEMA - BRASIL)
Ana Paulina Aguiar Soares: Universidade estadual do Amazonas – (UEA - BRASIL)

MEMÓRIAS DA GUERRA DO CONTESTADO- A CULTURA POPULAR ATRAVÉS DA RELIGIOSIDADE NO MONGE JOÃO MARIA DE JESUS EM MARILÂNDIADO SUL. (autor(es/as): Bruno Augusto Florentino)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA INTERFACE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP (autor(es/as): CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS)

REFLEXÕES ENTRE A MANUTENÇÃO DAS IDENTIFICAÇÕES RURAIS E A INFLUÊNCIA DAS MODERNIDADES NA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI - PONTA GROSSA (PR) (autor(es/as): FABELIS MANFRON PRETTO)

ÍNDIOS, TAPUIOS E “CABOCOS”. CULTURAS E IDENTIDADES MARGINAIS NA MANAUS DE ONTEM E HOJE. (autor(es/as): PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR)

TOPOFILIA & TOPOFOBIA – TOPOCIDIO & TOPO-REABILITAÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA EXPRESSA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE DIAMANTINA-MG (autor(es/as): RAHYAN DE CARVALHO ALVES)

ARELAÇÃO SER HUMANO/NATUREZA – REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO. (autor(es/as): ROSANA BARROSO MIRANDA).

MR4.3. Territórios, Memórias e Identidades latino-americanas

As ciências humanas e em especial as sociais desenvolveram no século XX teorias e metodologias para compreender e explicar como se elaboraram concepções de territórios, memórias e identidades, sobretudo na produção intelectual latino-americana. Atualmente, os estudos de caráter socioambiental contribuem sobremaneira com esses avanços, especialmente se forem considerados os aportes da antropologia, da geografia cultural, da história, da psicologia social e da sociologia. Além de localizar esses avanços, é fundamental trazer para o debate os resultados das pesquisas realizadas com esses múltiplos enfoques entre as dimensões da natureza e da sociedade

Coordenação: Salete Kozel – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Maria Geralda de Almeida: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade de Goiás - (IESA/UFG – BRASIL)
Álvaro Luiz Heidrich: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS – BRASIL)
Sandra Valeska Fernandez Castillo: Universidad de Concepción - (CHILE)
Alicia M. Lindon Villoria: Universidad Autónoma Metropolitana - (UAM – MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

“OUTROS” IMAGINADOS: AS REPRESENTAÇÕES DOS CIDADÃOS LATINO-AMERICANOS SOBRE AS CIDADES PRÓXIMAS E DISTANTES (autor(es/as): **Carla Beatriz Santos Menegaz**)

100 Anos de História: Alguns Elementos Formadores da Identidade Cultural do Território do Contestado (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

Guimarães Rosa no labirinto chamado América Latina (autor(es/as): **iolanda cristina dos santos**)

Los lugares de Memoria como lugares de Aprendizaje, tres estudios de caso: Santiago de Chile y Medellín-Colombia” (autor(es/as): **Karen Andrea Vásquez Puerta**)

A FESTA KALUNGA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA: IDENTIDADE TERRITORIAL E REAPROXIMAÇÃO ÉTNICA (autor(es/as): **Luana Nunes Martins de Lima**)

REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E SIMBÓLICAS: AS IDENTIDADES DAS FESTAS DO BOI-A-SERRA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO (autor(es/as): **Maisa França Teixeira**)

A construção do Patrimônio Cultural a partir do imaginário da população de Marechal Cândido Rondon - PR: um estudo sobre o lugar de memória Casa Gasa (autor(es/as): **Paulo Henrique Heitor Polon**)

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO (autor(es/as): **Saulo Ribeiro dos Santos**)

IDENTIDADE E FÉ NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE (autor(es/as): **Solimar Guindo Messi as Bonjardim**)

MR4.4. Espaço, gênero e sexualidades na América Latina

EMENTA

A mesa redonda tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as relações de gênero que envolvem o processo de organização social, econômica e cultural dos territórios da América Latina, evidenciando as hierarquias e desigualdades baseadas nos papéis sociais insituídos para homens e mulheres.

Coordenadora: Joseli Maria Silva - Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG - BRASIL)

Marlene Tamanini: Universidade Federal do Paraná – (UFPR - BRASIL)

Diana Lan: Universidad Nacional del Centro – (UNC - ARGENTINA)

Maria das Graças Silva Nascimento Silva: Universidade Federal de Rondônia – (UFR – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E A CULTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS (autor(es/as): **ALEXANDRA PINGRET**)

PELOTÓN MARIANA GRAJALES: O OLHAR DA REVISTA MUJERES NO ANO DE 1971 (autor(es/as): **Andréa Mazurok Schactae**)

NA ARGENTINA TANGOS, NO BRASIL TRAGÉDIAS! LÁ MATRIMONIO IGUALITÁRIO, AQUI UNIÃO CIVIL (autor(es/as): **CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES**)

ECONOMIA SOLIDÁRIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E COLETADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL: LIMITES E AVANÇOS (autor(es/as): **Edinara Terezinha de Andrade**)

As mulheres do tráfico e a violência de gênero (autor(es/as): **Fernanda Pereira Luz**)

ARTICULAÇÕES EM REDE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DE CDDLA E “CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR” NO BRASIL (autor(es/as): **Francine Magalhães Brites**)

OS SUJEITOS NA MARGEM DA CULTURA - CONFLITOS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS LATINO AMERICANOS (autor(es/as): **Gustavo Luiz Ferreira Santos**)

Habilidades Sociais e Sexualidade: A construção Identitária na Adolescência (autor(es/as): **Priscilla de Castro Campos Leitner**)

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS CONFORME O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E UMA PROTEÇÃO NORMATIVA GLOBAL: GARANTINDO DIREITOS HUMANOS (autor(es/as): **Rafael da Silva Santiago**)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE LGBT NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS APLICABILIDADES NO CONTEXTO DA EJA E PROEJA (autor(es/as): **Reinaldo Kovalski de Araujo**)

O MEDO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DA PERIFERIA DE DIFERENTES ÁREAS URBANAS DE PONTA GROSSA, PR (autor(es/as): **RENATO PEREIRA**)

MR4.5. Sociedades Tradicionais: imagens, tempo, espaço e saberes sobre a natureza

EMENTA

Em sua interação com a natureza, com distintas conformações, as chamadas “sociedades tradicionais” ou as sociedades originárias, constroem, historicamente, em seu universo mental, imaginário e práticas ecoprodutivas, uma cultura própria que envolve o conhecimento e respeito aos ciclos e movimentos naturais, atribuindo significado à sua vida material e imaterial – aos espaços ou territórios de que fazem parte. Isso envolve ritmos de tempo diferenciados dos ritmos caracteristicamente produtivistas que regem as sociedades urbano-industriais, os quais se pautam, fundamentalmente, numa temporalidade cronometrada e aritmetizada – no tempo da fábrica. Contrapor essas diferentes culturas, em sua lógica própria, focalizando, particularmente, as imagens, ritmos temporais, territorialidades e saberes patrimoniais das “sociedades tradicionais” e/ou originárias, significa pensarmos numa política de futuro na qual se inscreva o grande legado que tais sociedades detêm no trato com a natureza, com base em sua cosmovisão, práticas e expressões culturais próprias, para a construção de novas formas societárias, numa síntese histórica, de futuros inéditos.

Coordenadora: Lúcia Helena de Oliveira Cunha: Universidade Federal do Paraná (UFPR – BRASIL)

Carlos Galano: Universidad Nacional de Rosario - (UNR- ARGENTINA)

Carlos Walter Porto Gonçalves: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - (UERJ- BRASIL)

Liliana Porto: Universidade Federal do Paraná - (UFPR-BRASIL)

Arturo Argueta: Universidad Nacional Autónoma de México - (UNAM-MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

MULTICULTURALISMO, TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CAMPOS DE COEXISTÊNCIA E VIVENCIALIDADE? (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

Seringueiros do Acre - Imaginário e Paisagem Cultural (autor(es/as): Janaína Mourão Freire).

AS PAISAGENS CULTURAIS DO/NO ESPAÇO FESTIVO DA COMUNIDADE ENGENHO II EM CAVALCANTE – GOIÁS: UM OLHAR À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL (autor(es/as): **JORGEANNY DE FATIMA RODRIGUES MOREIRA**)
RECONHECIMENTO DAS ICCAS (ÁREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E LOCAIS) NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DISCUSSÕES ATUAIS. (autor(es/as): **Luciene Cristina Risso**)

MR4.6. História e Literatura na América Latina

EMENTA

Na produção historiográfica recente, a literatura vem surgindo como uma fonte que oferece importantes recursos de análise da sociedade. Incorporada solidamente no conjunto de inovações de fontes, métodos e problemáticas que há algumas décadas transformaram a experiência da pesquisa histórica, a literatura está presente hoje numa pluralidade de estudos que pretendem compreender o intrincado universo das experiências mais subjetivas de homens e mulheres. Na América Latina a literatura tem ocupado importante papel no movimento da sociedade. Seja ela abordada desde o ponto de vista da materialidade do livro, da localização social do escritor, de suas “redes de interlocução”, bem como numa análise dos significados do texto, das representações da realidade que ele traz. Pensar a América Latina desde o ponto de vista dessa relação é a reflexão central que norteia o debate aqui proposto

Coordenadora: Ana Amélia de Moura C. de Melo: Universidade Federal do Ceará (UFC - BRASIL)

Tracy Devine Guzman: Duke University of Miami – (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)

Soledad Falabella Luco: Universidad Diego Portales – (UDP - CHILE)

Adelaide Maria Gonçalves Pereira: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

Ivone Cordeiro Barbosa: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Cartas de Nova York - José Martí Correspondente (autor(es/as): **Amanda Leite de Sampaio**)

O TURISTA APRENDIZ, DE MÁRIO DE ANDRADE VERSUS EL ZORRO DE ARRIBA Y EL ZORRO DE ABAJO, DE JOSÉ MARIA ARGUEDAS – UMA APROXIMAÇÃO LITERÁRIA E SOCIOLÓGICA NO PANORAMA LATINO AMERICANO (autor(es/as): **CRISTIANO MELLO DE OLIVEIRA**)

O espaço da ficção na identidade em invenção e memória, de Lygia Fagundes Telles (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Jorge Luis Borges e o Populismo Argentino (1946-1955) (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Bahia 1860: o Brasil de Maximiliano (autor(es/as): **Flávia Silvestre Oliveira**)

OS INTELLECTUAIS E A NOVA ATENAS: Um estudo das representações nas obras dos literatos maranhenses no início da Primeira República (autor(es/as): **PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS**)

MR4.7. - Interculturalidade, Identidades e Arte Latinoamericana.

EMENTA

A mesa propõe-se a discutir as questões anunciadas, do ponto de vista da crítica de arte e dos artistas, aqui representados por Hector Guido (teatro) e Pavel Egúez (artes plásticas). A partir do enfoque das políticas de subjetivação e suas interfaces (Suely Rolnik) e da interculturalidade que se acentua na resistência da arte em tempos globais, observada, sobretudo, nas zonas transitórias (Ticio Escobar), quer desencadear o debate sobre os recursos críticos e expressivos que se manifestam na arte atual da nossa América, frente ao “esteticismo brando” regido pelos mercados globais, que desvia o capital simbólico e gera territórios homogeneizados

Coordenadora: Mariza Bertoli – Universidade de São Paulo – (USP – BRASIL)

Maria José Justino: Escola de Música e Belas Artes do Paraná - (EMBAP-PR - BRASIL)

Ticio Escobar: Ministro da Cultura do Paraguai - (PARAGUAY)

Hector Guido: Diretor de Cultura de Montevideú - (URUGUAI)

Gustavo Pavel Egúez: Artista Plástico - (EQUADOR)

RESUMOS APROVADOS

Entre balas e belas - Comunicação e Moda nas favelas cariocas (autor(es/as): **Alexandra Santo Anastacio**)

PAISAGENS CULTURAIS E FRONTEIRAS (autor(es/as): **Beatriz Helena Furlanetto**)

INDÍGENAS: ENTRE REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS (autor(es/as): **Eder Augusto Gurski**)

DE LA CULTURA ORAL A LA DIGITAL: SABERES, MEMORIAS Y NARRATIVAS EN LA TRANSCULTURA. PERSPECTIVAS DESDE LA UNIVERSIDAD INDÍGENA DE VENEZUELA (autor(es/as): **Fabiana Anciutti Orreda**)

O ATOR E O GRUPO: DISCURSOS SOBRE O TEATRO FEITO NA UNIVERSIDADE (autor(es/as): **JEAN CARLOS GONÇALVES**)

FESTAS POPULARES E SUAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS: LUGAR DE PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS SUBALTERNAS. (autor(es/as): **Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011) (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**)

SUSTENTABILIDADE CULTURAL: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE PEQUENOS ACERVOS - RELATO DE EXPERIÊNCIA

(autor(es/as): **Rafael Schultz Myczkowski**)

FALA JUVENTUDE! UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, CULTURA E LAZER (autor(es/as): Sandra Rangel de Souza)

O Autorretrato Ampliado (autor(es/as): **Terezinha Pacheco dos Santos Lima**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro latino-americano em sexualidade e

Direitos Humanos - CLAM

Instituto de Medicina Social

Fernanda Pereira Luz

As mulheres do tráfico e a violência de gênero.



Resumo

Autora: Fernanda Pereira Luz.

Instituição: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Cargo: Coordenadora de aprendizagem do Horário Integral em escola da rede municipal da Prefeitura de Nova Iguaçu.

Áreas de interesse: estudos sobre violência de gênero.

AS MULHERS DO TRÁFICO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

Geralmente, quando assistimos ou lemos jornais, e há casos de violência de gênero, em específico com mulheres, essas são esposas, namoradas ou amantes de homens vistos como “legais” perante a sociedade. Dificilmente, nos deparamos com casos de uma mulher ou amante de traficante. Por que isso acontece? Será que essas pessoas não sofrem violência? Ou será que não sabem o que é violência? O que acontece nesse “meio” para que haja tão pouco pronunciamento? As representações do feminino, presentes na lei e na cultura reforçam a vitimização das mulheres; frequentemente desconsidera-se a possibilidade de que as mulheres possam participar de atividades criminosas. Mas será que isso acontece? Qual é o limite entre ser apenas uma mulher de um traficante e fazer uma atividade criminosa? Como isso é compreendido por essas mulheres?

O fato de essas mulheres estarem segurando “uma arma”, isso não as livra da violência de gênero. Como são complexos esses papéis: em um momento a mulher está com a arma na mão – exercendo um suposto poder – em outro momento é a arma que está em sua cabeça – sujeitando-a a um poder de outra pessoa.

Desde muito tempo, temos visto em periódicos casos de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. Apesar de cada vez mais sabermos a respeito de envolvimento de mulheres com o tráfico, pouco se debate na sociedade sobre o assunto. Cada vez mais cedo, “meninas”, as chamadas “novinhas” estão envolvidas com as drogas e com o tráfico.



Dentro do tráfico, as mulheres têm as mais variadas possíveis “funções” como: “mula”, cozinheira, enfermeira, “vovó do pó”, a mulher do chefe, a amante, olheira, dentre outras. Como se dá esse envolvimento? Quais as expectativas iniciais das mulheres? O que lhes é “oferecido”? Qual o atrativo da inserção nas atividades do tráfico ou do envolvimento com homens do tráfico, segundo essas mulheres?

É preciso compreender que há diversas formas e graus de envolvimento com o tráfico. Por exemplo, o entregador de quentinhas ou a cozinheira tem um grau de envolvimento menor, pois os traficantes, geralmente, fazem parte da sua clientela, isto é, eles também trabalham para outras pessoas que não são envolvidas com o tráfico. O que difere da mulher do chefe ou uma amante. Elas têm alto grau de envolvimento com o tráfico e com os traficantes, umas exercem outras funções como mulas e olheiras, por exemplo.

A sociedade brasileira se depara com esse problema social não apenas no estado do Rio de Janeiro. Há outros estados em que também acontecem envolvimento de mulheres com o tráfico, e na maioria das vezes, são menores de idade. É uma situação que envolve vários fatores sociais. Já não podemos esconder o envolvimento de mulheres e também meninas com o tráfico de drogas. Precisamos saber o que leva essas pessoas a terem tais práticas.

A luta contra a violência contra a mulher foi uma das mais importantes bandeiras para o movimento feminista brasileiro. Recentemente, a noção de violência de gênero tem sido empregada por pesquisadores, e até por feministas, pois permite um olhar mais abrangente para a questão. “A violência entre homem e mulher assume assim um caráter mais relacional, uma vez que não estamos falando de que os homens são sempre agressores e as mulheres são sempre as vítimas, mas de desigualdades sociais envolvendo gênero”. (Carrara et al, 2010b, p. 58).

Em nossa sociedade, atualmente, tem se debatido muito a respeito da violência gênero. Temos a Lei Maria da Penha (11.340/2006) que está amparando muitas mulheres que sofrem algum tipo de violência. A Lei Maria da Penha foi criada há poucos anos, mas tem mostrado novidades em vários sentidos. A lei tipifica a violência contra a mulher como crime e a situa nos marcos da Constituição Federal.

Além disso, essa lei também alterou o Código Penal Brasileiro, possibilitando que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou



tenham sua prisão preventiva decretada. Foram abolidas as penas de tipo pecuniário, ou seja, pagamento de multas e cestas básicas.

A violência de gênero pode se manifestar de diversas maneiras, de acordo com a Lei Maria da Penha: por constrangimentos e abusos sexuais, meio de ameaças, agressões físicas, estupros, assédio moral e sexual. E ainda há violência de gênero que se manifesta não apenas no ato de violência, mas nos mecanismos sociais que permitem sua produção e reprodução, por exemplo, a impunidade, a naturalização.

Neste trabalho foi feito um recorte, investigando as vidas das mulheres do chefe e das amantes. E, fazendo uma correlação com a violência de gênero. Sendo assim, os objetivos específicos são: Conhecer como vivem essas mulheres que foram ou ainda são envolvidas com traficantes. Saber quando iniciou seu envolvimento com pessoas ligadas ao tráfico; o que mais as atraiu e o porquê. E também, quais foram os pontos positivos e os pontos negativos no ponto de vista dessas mulheres. A pesquisa será realizada da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Cordovil, em uma comunidade.

Refletir e considerar como a Lei Maria da Penha é “vivida”, percebida e acionada em uma comunidade e na vida de mulheres ou amantes de traficantes. E saber qual a visão dessas mulheres sobre a lei na comunidade. Como é o conhecimento da lei por essas mulheres? Será que já acionaram a lei? Por quê? Haveria de diferenças na forma como elas “vivenciam” a lei, em comparação com outras mulheres que não são envolvidas com o tráfico, mas que moram na comunidade?

A sociedade é constituída de interações entre os indivíduos e estas interações formam um conjunto. Dentro de uma sociedade há várias áreas, e inevitavelmente, a violência de gênero pode ser considerada uma delas.

Com o movimento feminista, foi criada a expressão “violência contra a mulher” concebida por ser praticada contra a pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher. Essa expressão significa a intimidação da mulher pelo homem, que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador. Isto é, homem-algoz X mulher-vítima. Nesse caso, o homem tem a mulher como um objeto próprio, e não como um sujeito social. É preciso que se relativize o modelo de dominação masculina e vitimização feminina para que se investigue o contexto no qual ocorre a violência. “O discurso vitimista não só limita a análise da dinâmica desse tipo de



violência como também não oferece uma alternativa para a mulher”. (Santos e Izumino, 2005, p.8)

No Brasil, a principal referência para os estudos sobre gênero está no trabalho da feminista e historiadora americana Joan Scott. O conceito de gênero foi formalizado por Scott, tendo em vista a incorporação de uma perspectiva relacional que permitisse ir além dos estudos “sobre mulheres” e que, também, possibilitasse “dar significado às relações de poder” inerentes ao gênero (Scott, 1990, p. 86).

Gênero é definido como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino. Segundo Izumino, “gênero é uma forma primária na relação de poder, isto é, gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado”.

A expressão “violência de gênero” é um mais atual e mais ampla. Saffioti (2002) define a violência de gênero como uma categoria mais geral, que pode abranger a violência doméstica e a violência intrafamiliar. Segundo a autora: A violência de gênero ocorre normalmente no sentido homem contra mulher, mas pode ser perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher.

É bem verdade que a violência familiar envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consangüinidade e a afinidade. (...) *A violência de gênero e a violência familiar* podem ocorrer no interior do domicílio ou fora dele. (...) A violência atinge, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas (os) e empregadas (os) domésticas (os). (Saffioti, 2002, p. 69).

As desigualdades sociais entre homens e mulheres são as principais conseqüências da forma como as concepções de gênero estruturam a vida social. As desigualdades de gênero são resultados de processos históricos que precisam ser contextualizados, e compreendidos, de forma a contribuir com as reflexões do presente.

Essas mulheres que vivem em comunidades, a violência pode se manifestar de diversas maneiras: por meio de ameaças, agressões físicas, constrangimentos e abusos sexuais, estupros, assédio moral ou sexual.

O que ficou bem claro para mim quando as entrevistei, que nem todas as formas de violência são facilmente identificadas. Segundo a fala de uma ex-mulher de traficante – o dono de uma comunidade, quando foi perguntada se já tinha sofrido alguma violência,



(informação verbal) “*Eu nunca sofri violência, ele nunca me bateu, “já passei por algumas situações desagradáveis, quando ele estava preso, tinha que ir ao presídio toda a semana. Eu tinha que dar o meu jeito e ir...” e não era só para sexo não, às vezes tinha que levar ou trazer um recado, tinha que informar como estava a favela*”.

Apesar de a maioria conhecer a respeito da Lei Maria da Penha, tal lei somente foi mencionada em nossas conversas porque fazia parte do roteiro. Em momento algum dos relatos houve menção de uma possível “ajuda” dos órgãos públicos.

Por isso, olho para os dois lados da moeda: mulheres que são vítimas ao sofrerem a violência de gênero, mas que ao mesmo tempo, precursoras de tal violência. São papéis distintos, em um momento essas mulheres estão propícias a sofrer a violência, já em outro momento são elas as perpetradoras da violência. O que não se pode é cair no extremo de vitimização ou a culpabilização pelo envolvimento com o tráfico.

Como sabemos a violência armada tem vários rostos, “manifesta-se através de práticas diferenciadas, e também sabemos que seus agentes/ atores são múltiplos”. (Moura, 2007, p.32)

Olhar para o envolvimento de mulheres em práticas violentas contribui, principalmente, para compreensão das relações de gênero e da violência de gênero. Possivelmente contribuirá para a compreensão de que a “violência armada” tem muitas interseções com a “violência de gênero”.



Trabalho completo

Introdução

Geralmente, quando assistimos ou lemos jornais, e há casos de violência de gênero, em específico com mulheres, essas são esposas, namoradas ou amantes de homens vistos como “legais” perante a sociedade. Dificilmente, nos deparamos com casos de uma mulher ou amante de traficante. Por que isso acontece? Será que essas pessoas não sofrem violência? Ou será que não sabem o que é violência? O que acontece nesse “meio” para que haja tão pouco pronunciamento?

As representações do feminino, presentes na lei e na cultura reforçam a vitimização das mulheres; frequentemente desconsidera-se a possibilidade de que as mulheres possam participar de atividades criminosas. Mas será que isso acontece? Qual é o limite entre ser apenas uma mulher de um traficante e fazer uma atividade criminosa? Como isso é compreendido por essas mulheres?

O fato de essas mulheres estarem segurando “uma arma”, isso não as livra da violência de gênero. Como são complexos esses papéis: em um momento a mulher está com a arma na mão – exercendo um suposto poder – em outro momento é a arma que está em sua cabeça – sujeitando-a a um poder de outra pessoa.

Desde muito tempo, temos visto em periódicos casos de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. Apesar de cada vez mais sabermos a respeito de envolvimento de mulheres com o tráfico, pouco se debate na sociedade sobre o assunto. Cada vez mais cedo, “meninas”, as chamadas “novinhas” estão envolvidas com as drogas e com o tráfico.

Dentro do tráfico, as mulheres têm as mais variadas possíveis “funções” como: “mula”, cozinheira, enfermeira, “vovó do pó”, a mulher do chefe, a amante, olheira, dentre outras. Como se dá esse envolvimento? Quais as expectativas iniciais das mulheres? O que lhes é “oferecido”? Qual o atrativo da inserção nas atividades do tráfico ou do envolvimento com homens do tráfico, segundo essas mulheres?

É preciso compreender que há diversas formas e graus de envolvimento com o tráfico. Por exemplo, o entregador de quentinhas ou a cozinheira tem um grau de envolvimento menor, pois os traficantes, geralmente, fazem parte da sua clientela, isto é,



eles também trabalham para outras pessoas que não são envolvidas com o tráfico. O que difere da mulher do chefe ou uma amante. Elas têm alto grau de envolvimento com o tráfico e com os traficantes, umas exercem outras funções como mulas e olheiras, por exemplo.

A sociedade brasileira se depara com esse problema social não apenas no estado do Rio de Janeiro. Há outros estados em que também acontecem envolvimento de mulheres com o tráfico, e na maioria das vezes, são menores de idade. É uma situação que envolve vários fatores sociais. Essa pesquisa buscará compreender os fatores sociais, e investigar de que forma esses fatores influenciam na convivência social.

Já não podemos esconder o envolvimento de mulheres e também meninas com o tráfico de drogas. Precisamos saber o que leva essas pessoas a terem tais práticas.

A luta contra a violência contra a mulher foi uma das mais importantes bandeiras para o movimento feminista brasileiro. Este movimento

Já virou lugar-comum na literatura internacional das Ciências Sociais reconhecer que o movimento feminista do pós- 60 teve impacto avassalador sobre as formas através das quais as sociedade contemporâneas se pensam e se questionam. Hoje, parece impossível pensar democracia, cidadania, desigualdades sociais, mudanças na organização da família, formas do trabalho, entre tantas outras dimensões da vida social, sem ter como referencia a constituição de um novo sujeito social, as mulheres, e uma forma de dominação, a de gênero, construídos pelo discurso feminista.

A participação ativa das feministas no movimento pela democratização do país aproximará as feministas de outros grupos sociais, diversificando suas experiências para além do mundo existencial e político das classes médias. De fato, o movimento de resistência à ditadura agregou forças sociais até então distantes entre si, grupos populares das periferias das grandes cidades, classes médias profissionais, lideranças sindicais, donas de casa, empresários, clérigos e pastores, para citar apenas alguns dos componentes da grande coligação que se insurgiu contra a ditadura militar.

Diferentemente do que aconteceu na Europa e da América do Norte, o feminismo no Brasil foi construído mais sensível às desigualdades sociais.

Anos 80, no país, houve repercussão na imprensa sobre a violência conjugal, e favoreceu a visão do agressor como desviante, perverso, doente. Assim a violência conjugal não foi entendida como um comportamento dentro das relações de



desigualdades de gênero, mas um evento excepcional da relação de marido e mulher. Como principal política pública de combate e prevenção à violência contra a mulher no Brasil, especialmente a violência conjugal, as DEAMs (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher) foram instituídas.

Recentemente, a noção de violência de gênero tem sido empregada por pesquisadores, e até por feministas, pois permite um olhar mais abrangente para a questão. “A violência entre homem e mulher assume assim um caráter mais relacional, uma vez que não estamos falando de que os homens são sempre agressores e as mulheres são sempre as vítimas, mas de desigualdades sociais envolvendo gênero”. (Carrara et al, 2010b, p. 58).

Em nossa sociedade, atualmente, tem se debatido muito a respeito da violência gênero. Temos a Lei Maria da Penha (11.340/2006) que está amparando muitas mulheres que sofrem algum tipo de violência. Contudo, antes dessa lei, tivemos no Brasil, o primeiro órgão voltado para tratar de políticas específicas para as mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, que impulsionou o Estado a reconhecer a discriminação e a violência de gênero.

A delegacia da mulher foi criada em 1985. Nesse mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres pela Lei nº 7353 de 29/08/1985, um órgão consultivo e sem caráter executivo, com o objetivo de promover políticas públicas, em âmbito nacional. A Constituição Federal de 1988 inovou quando reconheceu a necessidade de o Estado coibir a violência ocorrida no âmbito familiar.

A Lei Maria da Penha foi criada há poucos anos, mas tem mostrado novidades em vários sentidos. A lei tipifica a violência contra a mulher como crime e a situa nos marcos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “expondo seu objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. (Brasil, 2006)

Além disso, essa lei também alterou o Código Penal Brasileiro, possibilitando que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Foram abolidas as penas de tipo pecuniário, ou seja, pagamento de multas e cestas básicas.



A violência de gênero pode se manifestar de diversas maneiras, de acordo com a Lei Maria da Penha: por constrangimentos e abusos sexuais, meio de ameaças, agressões físicas, estupros, assédio moral e sexual. E ainda há violência de gênero que se manifesta não apenas no ato de violência, mas nos mecanismos sociais que permitem sua produção e reprodução, por exemplo, a impunidade, a naturalização.

Dentre as violências mais comuns destacam-se a agressão mais branda, sob a objetos atirados etc.; as violências psíquicas com xingamentos e ofensas à conduta moral, críticas sistemáticas à atuação como mãe, e a desqualificação constante do seu trabalho, dentro ou fora de casa.

Além disso, há declarações de violência por espancamento a si próprias e aos filhos, e como resultado houve cortes, fraturas ou marcas. Há também as relações sexuais forçadas, cárcere privado, impedidas de passear ou trabalhar, e muitas vezes levar os próprios filhos à escola. Essas mulheres são ameaçadas não apenas por palavras, mas também por armas de fogo. Muitas mulheres veem tais violências como “forma” de demonstrar cuidado ou carinho. Outras veem como algo natural.

Quando falo de naturalização, posso citar como exemplo, em uma de nossas conversas, (informação verbal) um relato de uma ex mulher de traficante, que dizia assim: “eu nunca fui agredida, e nunca sofria violência, apenas passei por uma situação ruim quando não queria mais ficar com ele, eu estava gostando de outro, então, já viu né? Tive que ir embora, eu fiquei fora por mais de cinco anos... mas depois voltei, conversei com ele e ficou tudo bem”. Está claro que ela teve que sair da comunidade, ou com eles (traficantes e pessoas da comunidade) falam “ela foi expulsa”. Mas ser “expulsa” ainda é uma “oportunidade” dada à pessoa, pois antes ser expulsa do que morrer. Mas se ao invés de ela ir embora, se ela o denunciasse? Como a lei Maria da Penha a ajudaria nessa situação? Quais são os limites existentes entre a lei e a comunidade?

As desigualdades sociais entre homens e mulheres são as principais conseqüências da forma como as concepções de gênero estruturam a vida social. As desigualdades de gênero são resultados de processos históricos que precisam ser contextualizados, e compreendidos, de forma a contribuir com as reflexões do presente.



Justificativa

A sociedade é constituída de interações entre os indivíduos e estas interações formam um conjunto. Dentro de uma sociedade há várias áreas, e inevitavelmente, a violência de gênero pode ser considerada uma delas.

Com o movimento feminista, foi criada a expressão “violência contra a mulher” concebida por ser praticada contra a pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher. Essa expressão significa a intimidação da mulher pelo homem, que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador. Isto é, homem-algoz X mulher-vítima. Nesse caso, o homem tem a mulher como um objeto próprio, e não como um sujeito social. É preciso que se relativize o modelo de dominação masculina e vitimização feminina para que se investigue o contexto no qual ocorre a violência. “O discurso vitimista não só limita a análise da dinâmica desse tipo de violência como também não oferece uma alternativa para a mulher”. (Santos e Izumino, 2005, p.8).

É inegável que as probabilidades de homens, e especialmente jovens do sexo masculino, matarem

Em vários outros países latino-americanos e também no Brasil, a violência contra as mulheres não é somente praticada, mas muitas vezes também legitimada por parte da sociedade em “nome da honra”, principalmente quando envolve suspeita de infidelidade conjugal da mulher/companheira/esposa.

No Brasil, a principal referência para os estudos sobre gênero está no trabalho da feminista e historiadora americana Joan Scott. O conceito de gênero foi formalizado por Scott, tendo em vista a incorporação de uma perspectiva relacional que permitisse ir além dos estudos “sobre mulheres” e que, também, possibilitasse “dar significado às relações de poder” inerentes ao gênero (Scott, 1990, p. 86).

Gênero é definido como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino. Significa, então, que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. No senso comum, as diferenças de gênero são interpretadas como naturais, determinadas pelos corpos.

Segundo Izumino, “gênero é uma forma primária na relação de poder, isto é, gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado”.



A expressão “violência de gênero” é um mais atual e mais ampla. Saffioti (2002) define a violência de gênero como uma categoria mais geral, que pode abranger a violência doméstica e a violência intrafamiliar. Segundo a autora:

A violência de gênero ocorre normalmente no sentido homem contra mulher, mas pode ser perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher. A violência familiar envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consangüinidade e a afinidade. (...) Compreendida na *violência de gênero*, a *violência familiar* pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. (...) A *violência doméstica* apresenta pontos de sobreposição com a *familiar*. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas (os) e empregadas (os) domésticas (os). (Saffioti, 2002, p. 69).

Sendo assim, a violência de gênero está ligada ao objeto desta pesquisa que são as mulheres de traficantes de drogas envolvidas direta ou indiretamente com algum tipo de violência, seja doméstica seja familiar, até mesmo ambas. Algumas dessas mulheres além de presenciarem alguns tipos de violências como fora citado, também viveram algum tipo de violência. Seja violência física ou psicológica. Apesar de quase não vermos divulgadas tais informações, através das conversas que venho fazendo foram confidencializadas tais violências.

Apesar de a maioria conhecer a respeito da Lei Maria da Penha, tal lei somente foi mencionada em nossas conversas porque fazia parte do roteiro. Em momento algum dos relatos houve menção de uma possível “ajuda” dos órgãos públicos. Ou seja, disque-mulher 180; delegacias de mulher. Qual a imagem de “vítima” construída pela sociedade? Que imagem de mulher é preciso ter para que possa ser classificada como vítima de violência? Será que as autoridades que tentam acabar com o tráfico de drogas, ainda não perceberam isso?

Por isso, olho para os dois lados da moeda: mulheres que são vítimas ao sofrerem a violência de gênero, mas que ao mesmo tempo, precursoras de tal violência, isto é, quando assumem a postura de mulher/ amante de traficantes. São papéis distintos, em



um momento essas mulheres estão propícias a sofrer a violência, já em outro momento são elas as perpetradoras da violência. O que não se pode é cair no extremo de vitimização ou a culpabilização pelo envolvimento com o tráfico. Pretendo investigar esses dois lados e entender suas complexidades.

Como sabemos a violência armada tem vários rostos, “manifesta-se através de práticas diferenciadas, e também sabemos que seus agentes/ atores são múltiplos”. (Moura, 2007, p.32)

Ainda que saibamos que a porcentagem de infratores serem bem superior às infratoras, é preciso não fechar os olhos. Olhar para o envolvimento de mulheres em práticas violentas contribui, principalmente, para compreensão das relações de gênero e da violência de gênero. Possivelmente contribuirá para a compreensão de que a “violência armada” tem muitas interseções com a “violência de gênero”.



Referencial teórico

Através da história podemos perceber as manifestações das diversas formas de violências. Em nosso país, a partir da década de 1970, com a primeira onda do movimento feminista, houve mais questionamentos a respeito da violência contra a mulher, e como conseqüência mais denúncias de tal violência. Além disso, trouxe para o debate público a questão da supremacia masculina e o direito ao prazer.

Antes de haver o movimento feminista é preciso pensar de como era constituída a sociedade até então. As mulheres eram excluídas, não eram consideradas sujeitos de direitos. Depois passou a ser vista como “o outro”, se um individuo não é homem, então ele é mulher, o segundo sexo, e naturalmente inferior ao homem. Dentro deste cenário surgiu o questionamento ao “natural”, e começa a ser repensado.

Na primeira onda do movimento feminista, tivemos como referencia Simone de Beauvoir e a frase mundialmente conhecida: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A autora trouxe grande contribuição, a filósofa francesa promoveu a primeira separação entre gênero e sexo, que fundamentou as críticas feministas nesse período. Beauvoir abriu espaço para as discussões sobre a igualdade das mulheres na sociedade e para o surgimento dos estudos de gênero.

Já a partir dos anos 1980, com a segunda onda do movimento feminista, a luta é mais ampla, a violência contra a mulher torna-se violência de gênero. E o que se entende por gênero? O termo gênero não pode ser confundido com sexo. Este, na maioria das vezes, descreve características e diferenças biológicas, enfatiza aspectos da anatomia e fisiologia dos organismos pertencentes ao sexo masculino e feminino.

Então, gênero segundo Joan Scott:

“o termo gênero parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo... uma rejeição do determinismo biológico... enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (Scott,1995, pág. 3).



Como afirma Heilborn:

A palavra sexo designa agora no jargão da análise sociológica somente a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. Todas as dimensões de comportamento, atividades, experiências dos seres humanos, categorizados como homens e mulheres, são designadas como gênero. O raciocínio que apóia essa distinção baseia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e mulher é realizada pela cultura. (Heilborn, 1997, p. 101).

O conceito de gênero foi elaborado para evidenciar que o sexo anatômico não é o único elemento definidor das condutas da espécie humana. “Então, gênero significa que homens e mulheres são produzidos na realidade social e não em decorrência da anatomia de seus corpos” (Eges, 2010b, p. 24).

Sendo assim, gênero aborda diferenças sócio-culturais existentes entre os sexos masculinos e femininos. Gênero é um conceito das ciências humanas e sociais que, em sua formulação mais corrente, refere-se à construção social do sexo. É importante observarmos as determinações sociais do público e do privado. No público, o homem é coligado à cultura, à agressividade e a uma posição de domínio, e a mulher à natureza, à passividade e a uma posição subalternidade. No privado, o homem é o prover da casa, e a mulher é aquela quem cuida da casa e dos moradores. Percebem-se claramente as funções de provimento e cuidado, para homens e mulheres, respectivamente. Vale notar que dependendo da relação, essas determinações são relativizadas e apresentação algumas variações. E é dentro da hierarquia de gênero que traz a desigualdade entre homens e mulheres. E nessa relação de poder, que surge a violência.

Segundo Bourdieu, a dominação masculina é mais do que uma diferença de posição, de prestígio ou de poder que favorece os homens e subjuga as mulheres. Ela é uma forma simbólica de dominação que está inscrita no corpo e na consciência das pessoas como se fosse parte da ordem natural das coisas. Tanto homens como mulheres são socializados segundo esse princípio estrutural e, à medida que atuam conforme as expectativas de seus respectivos papéis sexuais, acabam consolidando essa desigualdade. (Bourdieu, 1999).



A violência de gênero que tem sido usada por feministas e pesquisadores para contornar essa essencialização, permitindo um olhar mais abrangente para a questão. A violência entre homens e mulheres assume, assim, um caráter mais relacional: “quando falamos em violência de gênero não estamos tratando de homens que são sempre agressores e de mulheres que são sempre vítimas, mas de desigualdades sociais envolvendo gênero”. (Carrara et al, 2010d, p.58).

A partir das reflexões feitas até aqui, esta pesquisa almeja perceber de que forma mulheres e amantes de traficantes vivem as diversas manifestações da violência de gênero.

Essas mulheres que vivem em comunidades, a violência pode se manifestar de diversas maneiras: por meio de ameaças, agressões físicas, constrangimentos e abusos sexuais, estupros, assédio moral ou sexual. O que ficou bem claro para mim quando as entrevistei, que nem todas as formas de violência são facilmente identificadas.

Segundo a fala de uma ex-mulher de traficante – o dono de uma comunidade, quando foi perguntada se já tinha sofrido alguma violência, (informação verbal) “Eu nunca sofri violência, ele nunca me bateu, “já passei por algumas situações desagradáveis, quando ele estava preso, tinha que ir ao presídio toda a semana, e quando chega lá,” sabe como é que é” tinha que fazer, mesmo se estiver sem vontade. Ele já ficava louco para o dia da visita... Eu tinha que dar o meu jeito e ir...” e não era só para sexo não, às vezes tinha que levar ou trazer um recado, ou levar um objeto, até mesmo informar tinha que informar como estava a favela”.

Percebi que quando se trata de homicídios ou de algum tipo de lesão corporal, que são os pontos mais visíveis da violência. As mulheres se identificavam mais. Porém, em relação a constrangimentos, estupros e ameaças, apesar de elas relarem ter vivido isso, não identificavam como violência. Por que as mulheres se identificavam mais com a lesão corporal e não com constrangimentos? Será que estupros, ameaças, e outras formas de violência que não são físicas tornam-se “naturais” para essas mulheres? O que é ser mulher para elas? O que é ser homem para elas? Como elas veem essa relação homem/ mulher?

É importante observar que a violência de gênero manifesta-se não apenas no ato de violência em si, mas nos mecanismos sociais que permitem sua produção e reprodução, como é o caso da impunidade. (Carrara et al, 2010, p.59).



A violência contra a mulher, sobretudo de natureza doméstica, pode ser observada em todas as regiões do país e em todos os segmentos da população, independentemente de renda familiar, grau de escolaridade ou qualquer outro fator. Além de termos uma lei a favor a não violência contra a mulher, é preciso que a população se conscientize de que o melhor é que não haja a violência.





Objetivos gerais e específicos

Neste trabalho foi feito um recorte, investigando as vidas das mulheres do chefe e das amantes. E, fazendo uma correlação com a violência de gênero. Sendo assim, os objetivos específicos são: Conhecer como vivem essas mulheres que foram ou ainda são envolvidas com traficantes. Saber quando iniciou seu envolvimento com pessoas ligadas ao tráfico; o que mais as atraiu e o porquê. E também, quais foram os pontos positivos e os pontos negativos no ponto de vista dessas mulheres.

Refletir e considerar como a Lei Maria da Penha é “vivida”, percebida e acionada em uma comunidade e na vida de mulheres ou amantes de traficantes. E saber qual a visão dessas mulheres sobre a lei na comunidade. Como é o conhecimento da lei por essas mulheres? Será que já acionaram a lei? Por quê? Haveria de diferenças na forma como elas “vivenciam” a lei, em comparação com outras mulheres que não são envolvidas com o tráfico, mas que moram na comunidade?



Metodologia

A pesquisa foi realizada da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Cordovil, em uma comunidade. A pesquisa foi feita de forma qualitativa. A pesquisa qualitativa constará de entrevista e análise documental.

A entrevista foi feita com 12 mulheres envolvidas nesse contexto. Esse tipo de entrevista será utilizado para obter informações aprofundadas sobre os modos de vida, os costumes, opiniões das pessoas, e também, as expectativas de vida.

O texto e o processo de pesquisa que lhe deu origem formam um todo indissociável: ouvir, escutar, pesquisar, registrar, “deixar falar”, analisar, documentar, revelar, registrar. E desta forma, já não se pode separar ou fazer fronteiras entre sujeitos e objetos.

A entrevista vai acontecer com encontros marcados com essas mulheres, uma vez que as conheço por longo tempo. O número de 12 mulheres foi escolhido devido o tempo necessário para fazer as entrevistas, as observações e as análises de dados. Como elas têm características diferentes, penso que ficará interessante apresentar seus casos.

Através desta análise, pretendo compreender as especificidades da participação ou envolvimento de mulheres e amantes de traficantes de drogas.

No Brasil, a presença do tráfico de drogas em comunidade parece incidir diretamente sobre o fenômeno da violência sexual. Tanto que foi constatado, nos períodos de 2001 a 2003 no Rio de Janeiro, que a maior quantidade de crimes sexuais foi encontrada em regiões administrativas e nas comunidades, praticamente, não houve registro de tais crimes.

Se a publicização da violência sexual é encorajada pelo seu caráter cidadão, ao fazê-la, a vítima pode estar promovendo um conjunto de ações solidárias da família e da comunidade que transitam por códigos morais tradicionais, hierárquicos e extralegais.

Devemos lutar a cada dia por menos desigualdades sociais. Assim como o movimento feminista esteve empenhado em um objetivo, cada sujeito deve unir-se a favor do bem maior, a formação de sociedade mais justa em que haja equidade de gênero.



Bibliografia

BRASIL Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, (1949).

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

CARRARA Sérgio et al. Disciplina 2: Gênero. CLAM/IMS/UERJ, 2010.

_____; Sérgio et al. Disciplina 4: Direitos sexuais e reprodutivos. CLAM/IMS/UERJ, 2010.

DEBERT Guita Grin; GREGORI Maria Filomena. Violência e Gênero: Novas Propostas, velhos dilemas. RBCS Vol. 23 nº 66 / fevereiro 2008.

MOURA, Tatiana. Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro / Tatiana Moura. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O que é violência contra a mulher / Maria Amélia de Almeida Teles, Mônica de Melo. – São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção primeiros passos; 314)

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência contra mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina; Unbehaum, Sandra G (org.) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34, 2002.



ANEXO - Roteiro de entrevistas

Roteiro de entrevistas

- 1) Quando iniciou seu envolvimento com pessoas ligadas ao tráfico?
- 2) O que mais lhe atraiu?
- 3) Por quê?
- 4) Quantos anos você tinha?
- 5) Quando os seus familiares descobriram, o qual foi a reação deles?
- 6) Antes do envolvimento, como você via as mulheres de traficantes?
- 7) Durante o período de envolvimento, quais foram os “pontos positivos”?
- 8) E os “pontos negativos”?
- 9) Você passou por algum tipo de violência? Qual? Por quê?
- 10) Quantas vezes a violência se repetiu? Qual era a sua ação após, você ser agredida?
Por quê?
- 11) Você conhece a Lei Maria da Penha? Essa lei influenciou a sua vida de que maneira? Por quê?
- 12) Em uma comunidade, como é a atuação dessa lei? E fora da comunidade?
- 13) Como está a sua vida hoje? Quais são suas expectativas para o futuro?
- 14) Se você tivesse como voltar ao tempo, mudaria algo em sua vida? Por quê?